

# Conversando sobre responsabilidade social e os valores do capitalismo atual

Nina Saroldi <sup>(1)</sup>

## Resumo

Este artigo relaciona o movimento de responsabilidade social das empresas ao quadro geral dos valores éticos do capitalismo atual, procurando demonstrar como seu discurso e suas contradições são, na verdade, efeitos gerados pela excessiva fluidez dos valores que outrora balizavam a vida social. Procura-se mostrar também como o discurso predominante da economia mercantil não é algo exterior às relações sociais cotidianas, mas algo que está inscrito na subjetividade de cada um de nós, no modo como organizamos a vida em todos os seus aspectos.

## Palavras-chave

(1) Ética; (2) Responsabilidade social; (3) Valores.

## Abstract

This article relates the corporate social responsibility movement to a general ethical values frame of the present time capitalism. The aim of the work is to highlight the contradictions of the capitalistic speech as a consequence of the excessive lightness of contemporary social values. The author sustains that the economic mainstream assumptions are articulate with day-to-day social practices, as well as they are subscribed by our subjectivity and by the way we organize are lives.

## Key-words

(1) Ethics; (2) Social responsibility; (3) Values.

(1) Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, com mestrado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pesquisadora associada ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio com apoio da FAPERJ.



Em tempos nos quais assistimos à vitória triunfante do capitalismo sobre todas as ideologias, utopias e sistemas econômico-políticos alternativos, surge algo de novo no meio corporativo e, mais recentemente, no discurso social que merece atenção e exame: a responsabilidade social empresarial, também conhecida como responsabilidade social corporativa, responsabilidade sócio-ambiental ou, simplesmente, responsabilidade social.

Antes de seguirmos com o assunto, é importante dividir com os leitores a idéia do sociólogo alemão Robert Kurz (1997), desenvolvida no artigo intitulado "A estupidez dos vencedores". Segundo o autor, todo aquele que perde seu opositor se torna, necessariamente, estúpido. Sem um "bom inimigo" com quem polemizar, por que alguém ativaria ferozmente suas ligações neuronais em busca de argumentos que legitimem sua própria existência?

Diante das ferozes críticas por parte dos países socialistas no pós-guerra, os países capitalistas mais abastados trataram de incluir toda a população numa grande rede de proteção coletiva contra infortúnios individuais, então denominada "Estado de Bem-Estar Social". Como afirmar que o modo de produção capitalista não produz desigualdade nem injustiça social é tão impossível quanto afirmar a quadratura do círculo, houve um consenso temporário, interior ao próprio regime, que tratava de corrigir estes defeitos por meio do reconhecimento à vida (não meramente biológica, mas a vida digna em termos sociais) dos que não poderiam produzir temporária ou definitivamente. Um certo grau de conforto deveria ser providenciado para os órfãos, os idosos, as viúvas, os doentes, os inválidos e até mesmo para os criminosos. Os direitos humanos não eram utilizados ainda como sinônimo, como o são hoje, de direitos do consumidor, ou do humano enquanto capaz de consumir.

É importante observar que toda ligação social nasce do senso de mútua dependência (Sennet, 1999). O regime atual rejeita a dependência como uma forma vergonhosa de fraqueza. O ataque ao Estado de Bem-Estar Social, iniciado com o



neoliberalismo e que agora se espalha por toda parte, trata os dependentes do estado "com a desconfiança de que são parasitas sociais, mais do que desvalidos de fato" (Sennet, 1999, p. 167). Esta ideologia do parasitismo social desconsidera o fato concreto de que há doentes que não podem trabalhar, viúvas cujos maridos não lhes deixaram do que viver, idosos que não tiveram chance de se preparar para a velhice... No local de trabalho, esta ideologia tem um poder incrível, o trabalhador precisa constantemente mostrar que não está se aproveitando do trabalho alheio.

Não há vida sem dependência, uma pessoa auto-suficiente saudável é capaz de depender de outras quando necessário, e sabe em quem pode confiar. A oposição independência/dependência é tão pobre quanto a oposição sucesso/fracasso. Toda "independência" é, rigorosamente falando, um matiz da dependência, pelo simples fato de que não podemos nos prover de todos os itens necessários à existência. Em geral, este termo é associado à independência econômica, como se o fato de alguém conseguir pagar suas contas e comprar coisas não a ligasse a toda uma rede de produtores de bens e prestadores de serviço, dos quais depende para ter atendidas necessidades tão fundamentais quanto comer, vestir, morar, deslocar-se, etc. As coisas se dão sempre entre um pólo e outro. Em última instância, todo amor é uma forma de dependência.

Com a derrocada do socialismo realmente existente e com o mundo todo acreditando, ou pelo menos agindo como se acreditasse, que só existe o mercado e nada mais do que o mercado, o capitalismo perdeu uma espécie de "filtro ético" (Kurz, 1997, p.145) que limitava sua estupidez, e sem o qual a civilização moderna, de acordo com Kurz, tem sua existência inviabilizada.

O fato relevante para a questão da responsabilidade social é que as conseqüências da vitória sem precedentes da economia de mercado começam a ser sentidas não só pelos menos favorecidos mas, em diferentes níveis de "agressividade", por todos: degradação da natureza, escassez de recursos naturais renováveis, aumento do desemprego em larga escala –a ponto de ter sido retirada da agenda política a questão do "pleno emprego", por parecer "surreal"–, aumento da violência e da crueldade, propagação epidêmica de doenças psíquicas relacionadas ao medo e à insegurança.

O Social em Questão



É o reconhecimento coletivo destes problemas, juntamente com a pressão exercida pelos mais afetados por eles (refiro-me a movimentos sociais como os do Sem-Terra e dos Sem-Teto, por exemplo), que criaram e animam o movimento da responsabilidade social dentro e fora das empresas.

Para os arautos deste novo sistema de gestão<sup>1</sup>, que surge na esteira dos movimentos pela qualidade, saúde, meio-ambiente e segurança no trabalho (SMS), trata-se de integrar, nas preocupações tradicionais de produtividade e busca do lucro, práticas que "civilizem" o entorno das empresas, que conjuguem seu modo de produção à preservação ambiental, que promovam uma prestação de contas honesta e clara –transparência é termo da hora– para os seus acionistas. Estes objetivos são atingidos, em geral, através de iniciativas assistenciais junto às comunidades próximas à empresa, incentivo ao voluntariado e, naturalmente, por um trabalho junto ao departamento de Recursos Humanos visando integrar estas políticas a toda a estrutura, do "chão-de-fábrica" à presidência. Segundo a cartilha do movimento, de nada vale financiar um projeto de educação ambiental para uma dada comunidade sem fazer coleta seletiva de lixo dentro dos limites físicos da empresa, por exemplo. Outro elemento importante da responsabilidade social, e que a diferencia da filantropia praticada, de um jeito ou de outro, pelos empresários, é a idéia de que os projetos financiados pelas empresas devem ser sustentáveis, ou seja, não se deve somente dar o peixe, mas deve-se ensinar a pescar. O investimento maciço em projetos educacionais por parte das empresas, de acordo com pesquisas já realizadas neste sentido (Garcia, 2004), revela, neste caso, uma coerência entre discurso e prática.

O movimento que analisamos relaciona-se intimamente com o movimento mais vago e geral de "retorno à ética" na vida pública e nas organizações em geral. Como a moça muito alta e desajeitada que de repente se transforma em *top model* de exportação, o termo "ética" passou nos últimos anos do relativo ostracismo em que se encontrava, restrito a dicionários e discussões especializadas, às "passarelas" das discussões acadêmicas, políticas, midiáticas e informais. No entanto

---

<sup>1</sup> Segundo a denominação dada pelos empresários e administradores em geral ao movimento



esta discussão sobre ética na era da globalização de mercados, comunicações e valores morais é tão vítima de tal relativismo que, às vezes, saímos da conversa menos informados do que estávamos antes.

Explica-se: com o declínio das grandes tradições religiosas, das instituições de outrora (universidades, exército, empresa) e da família, somos convidados a nos reinventar a cada momento, escolhendo se queremos ou não o casamento, se queremos ou não ter filhos (e por que método) e se é mais vantajoso o emprego com carteira assinada ou a vida de profissional autônomo. Este leque de opções que o mundo contemporâneo oferece pode, sem dúvida, ser interessante e formar pessoas autônomas e reflexivas mas pode também atingir, negativamente, aquilo que se denomina caráter.

Na década de 1950, quando a vida ainda era estruturada pela tradição cristã, a expressão "homem de bem" definia, implicitamente, um homem de bom caráter, ou seja, correto, com profissão definida, provedor da família e bom pagador. E hoje? A expressão caiu praticamente em desuso e, quando utilizada, é necessário que se explicita seu significado. Utilizamos a palavra "ética", hoje, no sentido difuso que nos é permitido pela ideologia do "politicamente correto", sem agredir "as diferenças" e temendo encontrar, como se deve, um critério de julgamento das ações, tanto nossas quanto as dos outros.

Para sair da confusão, não conheço remédio melhor do que voltar às origens da civilização ocidental e descobrir quando e como este saber surgiu. Aristóteles, o primeiro a escrever um tratado sobre o assunto, o definia como sendo uma teoria da conduta que deveria preparar o homem para a vida política. Esta, por sua vez, era definida como o campo dos fatos da vida, e só um cidadão já vivido e maduro poderia dela participar. Para o filósofo, a finalidade da existência de cada ser humano é a felicidade e a finalidade da *pólis*, ou seja, da vida destes seres reunidos numa cidade, é o bem de todos (o bem supremo). Neste contexto, não seria possível ser feliz numa cidade infeliz.

Ao longo da história do pensamento, e até hoje, a ética tem lidado com estas questões: a compatibilidade entre as vontades singulares e a "vontade universal" ou, dito de outro modo, a relação entre o bem particular e o bem de todos. Para realizar esta empreitada, há que se traçar limites ao que cada um pode ou não



fazer. Daí a existência de instrumentos que servem para frear caprichos individuais e zelar pelo bem comum: constituições, contratos, códigos de ética.

Enumero aqui alguns institutos, fundações ou ONGs ligadas à ética empresarial e à responsabilidade social sem o intuito de fazer uma "seleção" de melhores ou mais relevantes, mas sim para relacioná-las com as questões que anunciei acima, o modo como a responsabilidade social se relaciona com o universo de valores presentes no capitalismo atual.

No Brasil, uma das primeiras manifestações de "consciência social" do meio empresarial se dá com a criação da ADCE –Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil– em São Paulo, no ano de 1961. Esta associação procura integrar a tradição da caridade cristã com o debate sobre a solidariedade e a responsabilidade. Em 1986, com o apoio da ADCE, é criada a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), com a missão de "humanizar as empresas e promover suas relações com a sociedade." A FIDES promove relações tanto com a CNBB quanto com organizações sindicais, procurando reforçar o enfoque cristão sobre a gestão dos negócios<sup>2</sup>.

É importante notar o laço, que aparece tanto nos EUA quanto no Brasil, entre a religião cristã e as várias formas de "filantropia empresarial". Analogamente, os estudos voltados para a questão do voluntariado atestam que a maioria das ações voluntárias provém de indivíduos que não apenas se dizem religiosos, mas que estão ligados à prática religiosa efetiva. Dito de outro modo, quanto maior a frequência a cultos, maior a inclinação à doação de tempo ou dinheiro e bens para os mais necessitados (Landim, 2001). Acredito que isto ocorra porque a religião, qualquer que seja, já fornece ao sujeito valores morais aos quais ele pode se referir; enquanto o restante da sociedade, diante da pobreza da vida política e dos ideais coletivos, tende a ser vítima do relativismo ou mesmo da inversão dos valores morais, e se encontra carente de referências para a ação.

No Brasil, um marco para o aparecimento do termo ética no cenário nacional

---

<sup>2</sup> As informações sobre as duas organizações aqui referidas encontram-se disponíveis em seus respectivos sites: [www.adcemg.org.br](http://www.adcemg.org.br) e [www.fides.org.br](http://www.fides.org.br)



foi o *impeachment* de Fernando Collor em 1992 e o movimento pela "Ética na política", no qual o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais)<sup>3</sup> teve participação expressiva. No mesmo ano realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, que chamou a atenção dos empresários para a necessidade de uma postura menos predatória em relação ao meio-ambiente e à vida social.

Foi preciso chegar aos extremos do desmando e da corrupção para darmos a devida atenção ao assunto. Há, no Brasil, um forte contrapeso às boas intenções éticas na figura do "jeitinho", um tipo peculiar de favorecimento que geralmente se dá entre pessoas que não são próximas ou conhecidas como, por exemplo, entre um funcionário público e um cidadão que precisa de seus serviços. Outro grande problema nacional, no que diz respeito à ética em geral, é o corporativismo de algumas categorias profissionais e o "sobrevivencialismo" que afeta todas as classes sociais. Nossos planos para o futuro são tão curtos quanto nossa memória; queremos "sobreviver" aqui e agora como se a vida fosse acabar no próximo instante.

Não há como falar de responsabilidade social no Brasil sem mencionar o Instituto *Ethos*, referência nacional e internacional no assunto. O *site* do instituto<sup>4</sup> é rico em artigos e informações, além de disponibilizar os "Indicadores *Ethos*", atualizados anualmente, e um banco de práticas já testadas por empresas de todo o país. O *Ethos* toma para si o lema da "Responsabilidade Social Corporativa" e incentiva seus membros a promoverem uma imagem das empresas como sendo atores que civilizam as condições sociais de seu entorno. Fundado em 1998 com apenas onze membros, tal qual um "exército de Brancaleone" no meio empresarial, em maio de 2007 o Instituto já contava com mais de 1.000 empresas associadas. O Instituto divide-se em três gerências: uma voltada para a mobilização, que conta por exemplo com o programa Internethos, outra para o apoio e o

---

<sup>3</sup> Este movimento formou-se em 1987 com o intuito de impulsionar uma perspectiva empresarial progressista, em contraste com as políticas da FIESP (Federação das indústrias de São Paulo). O PNBE reconhece o conflito entre interesses sociais, econômicos e políticos e recomenda, portanto, um "pacto social" a ser alcançado através da negociação. Propõe que os interesses nacionais prevaleçam sobre o lucro privado. Conferir GARCIA, 2004, p.37-39.

<sup>4</sup> [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)



aprofundamento, da qual fazem parte os cursos promovidos pelo Uniethos, e a gerência voltada para parcerias para transformação, que cuida, dentre outros assuntos, de pactos como o "Pacto empresarial pela erradicação do trabalho escravo". O Ethos recomenda práticas efetivas de responsabilidade social como, por exemplo, a capacitação de pequenos fornecedores para atender a grandes empresas e a procura por *trainees* em faculdades de menor porte, também visando às grandes corporações. As empresas associadas são livres para divulgar ou não o resultado da implementação das práticas recomendadas.

No universo dos modelos e instrumentos que buscam conduzir à gestão responsável encontram-se, num extremo, aqueles que são diretamente aplicáveis ao cotidiano empresarial, como os padrões e as certificações (AA1000, SA 8000), e, no outro, documentos que lidam com os princípios e que são, por isto, mais abrangentes e fundamentais<sup>5</sup>. Podemos citar como exemplo destes últimos o Pacto Global e as Metas do Milênio.

O apelo feito aos empresários por Kofi Annan na proposta do Pacto Global foi de que eles se unissem com o objetivo de dar uma face humana à globalização". Sua meta é tornar a economia mundial mais sustentável e possibilitar a inclusão social. Trata-se de distribuir, de maneira mais equitativa, os frutos do incrível aumento de produtividade proporcionado pela tecnologia sem, para isto, exaurir os empregos e os recursos naturais disponíveis.

As Metas do Milênio foram estabelecidas durante a Cúpula do Milênio, considerada a maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos, realizada em setembro de 2000 em Nova Iorque, e devem ser alcançadas por todos os países signatários da Declaração do Milênio, incluindo o Brasil, até 2015, para que se estabeleça um patamar mínimo de condições necessárias para o desenvolvimento sustentável global.

Quando uma empresa decide certificar-se pela norma SA 8000, um padrão global e passível de verificação criado para tornar os locais de trabalho mais humanos, ela estará, automaticamente, se empenhando em cumprir os itens das

---

<sup>5</sup> As informações que se seguem foram retiradas, fundamentalmente, do "Guia de compatibilidade de Ferramentas", que pode ser acessado no site do Ethos.



metas do milênio que tratam da união de todos pelo desenvolvimento e pela qualidade de vida. Deste modo, pode-se subir do nível de cuidado individual para o global.

O cenário no qual surge a responsabilidade social no Brasil e no exterior não é, como disse no início, dos mais auspiciosos. Assiste-se, há pelo menos uma década, ao encolhimento do Estado, que não consegue mais dar conta da miséria em que vive a mão-de-obra que não é absorvida pelo mercado. Além disto, há uma contradição evidente entre uma sociedade que prega o consumo como forma privilegiada de vida, mas que, ao mesmo tempo, não consegue incluir todos os seus componentes no mercado de trabalho. Dá-se então, de acordo com Garcia (2004), uma reconfiguração dos papéis do Estado (que não tem dado provas de eficiência na gestão dos problemas sociais), do mercado e da sociedade civil (cuja "boa vontade", diz-se, não gera resultados qualificados). Neste contexto, o empresário aparece como provável ator qualificado para instituir a lógica da eficiência e uma nova maneira de intervir positivamente na sociedade.

O problema, aos olhos de muitos, é a "independência" com que age o meio empresarial em relação ao social. Com o retraimento do Estado, cabe aos empresários a tarefa de definir o que é e como deve ser tratado um problema público. Como só em "Alice no país das maravilhas" poderia existir algo denominado ação desinteressada, é lógico que a pauta considerada relevante pelas empresas tem a ver com as suas próprias demandas, com a tentativa de criar uma sociedade mais adequada ao escoamento de seus produtos e serviços, sem os quais ela não seria empresa e sim governo ou ONG. É evidente que o investimento em educação e cultura, por exemplo, traz benefícios de curto e longo prazos para a sociedade como um todo, mas não se deve alimentar ilusões de que a educação promovida por uma instituição privada estará sempre mais comprometida com a formação de futuros possíveis quadros do que com a formação do indivíduo crítico e autônomo, capaz até mesmo de rejeitar este mundo administrado e criar uma outra ordem, um outro regime no qual a responsabilidade social não seja mais necessária, e onde a gratuidade da vida volte a ter seu lugar.

Outra questão que considero problemática, e que já mencionei antes ao discutir o modo como a ética é compreendida hoje, é a assepsia presente no discurso



dominante da responsabilidade social. Discurso este que, em nenhum momento, reconhece a inevitabilidade do conflito entre as diferentes "partes interessadas" na questão social, nem tampouco a necessidade de mudanças mais profundas na ordem econômica, para que os problemas identificados pelos empresários possam ser resolvidos. É evidente que a redução das desigualdades sociais, por exemplo, toca diretamente na questão da expectativa que os empresários têm em relação ao que seria uma margem de lucro razoável.

Outro ponto que me parece discutível é, no imaginário empresarial e mesmo das classes médias e altas, a homogeneização do "social" como uma massa indistinta de pessoas que têm em comum o fato de precisarem de alguma coisa. A carência material não implica necessariamente em empobrecimento simbólico ou psíquico, de modo que a relação com os beneficiários das ações sociais está longe de ser algo simples, cujos resultados possam ser planejados como em um controle de estoque ou um livro de contabilidade. As pessoas não recebem ajuda do mesmo modo, e embora o apelo feito pelos empresários para que a compaixão seja transformada em ações pragmáticas e transformadoras da vida dos mais pobres tenha valor por si mesmo, não se pode esquecer, como diria Sennett<sup>6</sup>, que a compaixão também fere, e que não é tão simples fazê-la funcionar pragmaticamente.

Um honroso contra-exemplo no debate sobre a responsabilidade social é a postura e atuação do Ibase<sup>7</sup>, uma das ONGs mais antigas e respeitadas do país. Fundada por Herbert de Souza, o Betinho, figura carismática e militante que promoveu uma verdadeira onda de solidariedade no país com a "Campanha contra a fome", o Ibase opera com o intuito de fortalecer a cidadania e promover a inclusão dos mais pobres. Além de ter sido pioneira na criação e divulgação do Balanço Social junto aos empresários, foi a primeira ONG do país a publicar voluntariamente o seu próprio balanço social e patrimonial, incitando outras organizações a seguirem seu exemplo. A exigência de que as empresas publiquem

---

<sup>6</sup> Sobre este assunto, conferir o capítulo cinco do livro *Respeito - a formação do caráter em um mundo desigual* (2004), cujo título é "A compaixão que fere", onde analisa a diferença entre Madre Cabrini e Jane Addams no trato com os pobres.

<sup>7</sup> [www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br)



seus Balanços Sociais em jornais e revistas e a não aceitação de empresas de cigarro, armas de fogo ou munição e bebidas alcoólicas neste processo, me parece significativa do ponto de vista da revalorização da vida política e pública por meio da responsabilidade social.

O discurso e as práticas do Ibase são mais próximos das classes populares do que os de outras instituições do mesmo gênero. Percebe-se aí uma diferença em relação ao Instituto Ethos, por exemplo, que se dirige prioritariamente aos empresários, embora atue como parceiro do Ibase em várias iniciativas. Além disto, o Ibase participa ativamente do processo do Fórum Social Mundial, alinhando-se ao movimento anti-globalização.

A primeira tarefa em relação à responsabilidade social é, nos diferentes aspectos que a envolvem, separar "o joio do trigo", ou seja, o puro *marketing* da ação social transformadora; a tentativa de compensar a eliminação dos empregos por meio das ações de assistência social da legítima preocupação com o entorno das empresas e a busca de isenção de impostos do compromisso com a cultura ou a educação.

Qualquer sub-grupo da ética (como a ética empresarial) deveria ser inserida na moldura de uma "ética maior", da tentativa mais ambiciosa de projetar alguma melhoria para a vida humana coletiva. Um velho ditado romano afirma que não há vento favorável para a nau sem rumo. Da mesma forma, pouco vale iniciar-se no campo das boas práticas corporativas em seu aspecto meramente burocrático e formal, ou seja, sem concentrar-se nas perspectivas que elas abrem para o conjunto da sociedade: ser um início de caminho no sentido da reversão do processo de degradação do meio-ambiente e das relações humanas no mundo do trabalho. A responsabilidade social deve vir a reboque de um projeto ético que pretenda mais do que a mera sobrevivência de nossa espécie no planeta.

Do ponto de vista ambiental a introdução de leis que limitam o uso da terra e dos recursos naturais afeta, em última instância, a própria noção de propriedade privada. Em um artigo sugestivamente intitulado "O programa suicida da economia" Kurz trata do estágio dramático a que chegamos em relação ao meio-ambiente, resultado de séculos de lida com a natureza como se esta fosse um reservatório inesgotável de riquezas a serviço do homem.

Não há como não pensar, ao ler este artigo, no deslumbramento atual de



alguns setores da sociedade com o novo mercado mundial de créditos de carbono<sup>8</sup>, também conhecido como "mercado verde" (verde aí, bem entendido, não é só uma referência às árvores e sim às notas de dólar). Compreende-se como um "ganho" para o meio-ambiente e um grande passo no combate ao aquecimento global, por exemplo, que o Brasil reduza suas emissões de gases de efeito estufa e venda seu ar limpo para a Holanda, na medida em que este país ainda não tenha encontrado meios de não poluir seu próprio ar sem diminuir seu padrão de produção e consumo. Mas daí a institucionalizar e, pior ainda, louvar iniciativas como as dos "vôos neutros", que em tese compensam as emissões de gás carbônico<sup>9</sup> dos aviões com o plantio de um número x de árvores suficientes para absorvê-las, vai um longo caminho. Como arranjo temporário o mercado de créditos de carbono poderia ser uma boa idéia. O problema é que, para muitas pessoas, o próprio uso do termo "mercado" afasta qualquer outra motivação que não seja o lucro. E, para outras, a idéia de um mercado verde tem a virtude de limpar a consciência, de modo a permitir a manutenção cotidiana de insustentáveis níveis de consumo e produção de resíduos.

Deveria nos causar espanto esta privatização do ar que se respira; há algumas décadas, a expressão "pagar pelo ar que se respira" era entendida como uma piada, justamente porque se considerava este tipo de coisa inaceitável. O programa suicida da economia mercantil, que ratificamos a cada vez que compramos mais uma bugiganga chinesa ou vidramos os olhos nas vitrines de um shopping, anestesiou devidamente nossos corações e mentes para introduzir algo como um mercado do ar.

Pergunto-me agora, como conclusão, por que todo este espanto, não me refiro eu mesma, e todos os que me cercam, ao "investimento" nas relações afetivas (Bauman, 2004) e ao fato de gostar de alguém "de graça"? Com uma subjetividade como esta reinando por aí, nada deve nos espantar, muito menos as contradições do movimento de responsabilidade social empresarial.

Recebido em maio de 2007, aceito para publicação em dezembro de 2007

<sup>8</sup> A revista Exame de 20 de dezembro de 2006, em extensa matéria sobre o tema, definiu este mercado como "espécie de compra do direito de poluir em troca de investimentos em projetos de redução de emissão em economias em desenvolvimento".

<sup>9</sup> Principal responsável pelo agravamento do efeito estufa.



## Referências bibliográficas

ALLEDI FILHO, Cid. "Ética, transparência e responsabilidade social corporativa". Niterói: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

BARBOSA, Livia. *Cultura e empresas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GARCIA, Joana. *O negócio do social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. O que a globalização está fazendo de nós? Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

KAMEYAMA, Nobuco. "Ética empresarial". Revista *Praia Vermelha*, estudos de política e teoria social. PPGESS-UFRJ, segundo semestre de 2004.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LANDIM, Leilah. "Generosidades brasileiras e os tempos que correm". Revista *Praia Vermelha*, estudos de política e teoria social. PPGESS-UFRJ, número 5, segundo semestre de 2001.

PAOLI, Maria Célia. "Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil". In: SANTOS, Boaventura (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

QUIROGA, Ana Maria. "Caridade, filantropia e justiça e os modelos de ação social". Revista *Praia Vermelha*, estudos de política e teoria social. PPGESS-UFRJ, número 5, segundo semestre de 2001.

SAROLDI, Nina. "A ética e os desafios da contemporaneidade". Revista *Em Debate*,





revista eletrônica do Departamento de Serviço Social da PUC/Rio, vol. 3, 2006.  
[www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br)

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.